

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.741.345 - SP (2018/0112862-5)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL**  
**AGRAVADO : METAL LIGHT COM/ DE PECAS PARA VEICULOS LTDA**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo interno, interposto pela FAZENDA NACIONAL, contra decisão de minha lavra (fls. 266/272e), que, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheceu do Recurso Especial.

Inconformada, sustenta a parte ora agravante que:

"A Eminente Ministra Relatora negou provimento ao recurso especial da Fazenda Nacional sob o fundamento de que o Tribunal de origem consignou que não houve a comprovação da prática de qualquer ato constante do art. 135, do CTN, razão porque fez incidir no feito o óbice da Súmula 7, do STJ.

O juízo de origem entendeu que não houve dissolução irregular da empresa devedora, uma vez que o distrato registrado na Jucesp comprovaria sua extinção regular, a despeito do fato incontroverso de que a devedora não foi encontrada em seu domicílio fiscal, o que atrairia a incidência da Súmula 435, STJ:

(...)

Nota-se que o cerne da questão que ora se coloca não impõe o revolvimento dos fatos e das provas trazidas aos autos. Trata-se de mera valoração da moldura fática já delineada no acórdão regional. Mais especificamente, trata-se de definir se o distrato teria o condão de conferir ares de regularidade à comprovada dissolução da empresa.

Com efeito, a argumentação tecida pela recorrente em suas razões do recurso especial partem da premissa de que a empresa deixou de funcionar em seu domicílio fiscal. Trata-se de aplicação pura da Súmula 435, do STJ. O tribunal local, contudo, firmou sua convicção com base no distrato social, conferindo-lhe peso maior do que aquele que a legislação e a jurisprudência lhe conferem. O que se pretende, portanto, é demonstrar que o tribunal de origem negou vigência ao art. 135, II, do CTN ao não considerar os indícios de dissolução irregular trazidos pela recorrente.

Sendo assim, imperioso afastar, de pronto, o óbice da súmula 7 do STJ.

A respeito do distrato social, imperioso destacar que sua averbação na Junta Comercial é apenas uma das etapas para a extinção da

pessoa jurídica. Para a conclusão de todo o *iter procedimental*, imperiosa a realização do ativo e pagamento do passivo. Somente assim se poderá considerar extinta regularmente a empresa.

Esta Corte já teve a oportunidade de se manifestar sobre o tema, consoante se verifica da ementa do julgado já mencionado alhures:

(...)

De fato, considerando o distrato social como uma etapa no procedimento de extinção da pessoa jurídica, não se pode conferir a ele o poder de cancelar a regularidade da dissolução da empresa, porquanto ainda vão se seguir as etapas de liquidação e baixa definitiva.

Ademais, tendo sido constatado que a empresa deixou de funcionar e não possui bens passíveis de penhora, resta demonstrado que não foi observado o procedimento insculpido no Código Civil para a regular liquidação da pessoa jurídica, o que evidencia a irregularidade de sua dissolução.

Com tais fundamentos, entende a Fazenda Nacional que a decisão recorrida deve ser reformada" (fls. 278/280e).

Por fim, requer "que seja reconsiderada a decisão agravada ou, se assim não entender Vossa Excelência, que o feito seja submetido a julgamento pelo eg. Órgão Colegiado, para que seja conhecido e provido o presente agravo interno, de modo a reformar a decisão agravada, para que seja provido o recurso especial" (fl. 280e).

Sem impugnação da parte agravada (fl. 281e).

Tendo em vista a relevância dos argumentos esposados pela parte agravante, reconsidero a decisão de fls. 266/272e.

Trata-se de Recurso Especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, em 10/01/2017, com fundamento na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"AGRAVO - ART. 557, § 1º, CPC/73 - EXECUÇÃO FISCAL - REDIRECIONAMENTO DO FEITO - ART. 135, III, CTN- DISSOLUÇÃO IRREGULAR NÃO COMPROVADA - DISTRATO SOCIAL - RECURSO IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça já enfrentou a questão, posicionando-se pela possibilidade de os sócios-gerentes serem incluídos no polo passivo da execução fiscal, já que, se a sociedade executada não é localizada no endereço informado à Junta Comercial, presume-se sua dissolução irregular.

2. Os diretores, gerentes ou representantes das sociedades podem ser responsabilizados pelas obrigações tributárias nos casos de dissolução irregular da sociedade ou de atuação dolosa ou culposa na administração dos negócios, por meio de fraude ou excesso de poderes.

3. Quando há dissolução irregular da sociedade, o ônus da prova se inverte e o gerente da sociedade, incluído na execução fiscal, poderá demonstrar não ter agido com dolo, culpa, excesso de poder ou mediante fraude. Nesse sentido: REsp 1017732/RS e AgRg no REsp 813.875/RS.
4. Na hipótese, não é possível se inferir dos autos a ocorrência da dissolução irregular, fundamentada na não localização da empresa executada.
5. Consta da ficha de breve relato da JUCESP (fls. 176/178), a existência de distrato social, que tem o condão de elidir a presunção de dissolução irregular, afastando, dessa maneira, o redirecionamento da execução fiscal.
6. O mesmo raciocínio que a jurisprudência faz para o caso de falência pode ser aplicado aqui. A existência de processo falimentar não caracteriza dissolução irregular da sociedade, pois é procedimento legal previsto para assegurar o concurso entre os credores e a satisfação dos seus créditos. Se ela não motiva o redirecionamento, muito menos o procedimento regular e aprovado de distrato.
7. Não comprovada a dissolução irregular da empresa, descabe a responsabilização do sócio, nos termos do art. 135, III, CTN.
8. Não se discute o procedimento da dissolução da sociedade empresária, sendo importante ter em mente que se trata, na origem, de execução fiscal, meio processual no qual se busca a satisfação do crédito, não comportando discussão exauriente de questões incidentais.
9. Se o documento expedido pela Junta Comercial se presta para comprovar a responsabilidade do sócio, deve agora também ter o condão de indicar, ao mesmo perfunctoriamente, a dissolução regular da pessoa jurídica, cabendo à exequente lançar mão das vias ordinárias para a discussão que pretende ora levantar.
10. Não tendo a agravante trazido relevante argumento, mantém-se a decisão recorrida como proferida.
11. Agravo improvido" (fls. 241/242e).

No Recurso Especial, a parte recorrente alega que o Tribunal de origem violou os arts. 51, 1.022, 1.033, 1.036, 1.038, 1.102 a 1.112, todos do Código Civil, 135, III, do CTN e Súmula 435/STJ. Para tanto, sustenta que:

**"CONTRARIEDADE E/OU NEGATIVA DE VIGÊNCIA AOS ARTIGOS 135, III, CTN, 51, 1.102 A 1.112 1.022. 1.033 1.036 E 1.038 DO CC E SÚMULA 435 DO STJ**

O v. acórdão afastou a responsabilidade dos sócios-gerentes pelo débito da pessoa jurídica, afirmando, em síntese, que o registro do

distrato social perante a JUCESP determinaria a regularidade da dissolução da empresa.

No caso em análise, a empresa executada foi dissolvida mediante o registro de distrato social perante a JUCESP, em 25/02/2003, sem que fossem quitadas suas dívidas.

Outrossim, constata-se que não houve a regular dissolução da pessoa jurídica, uma vez que seus credores sequer tiveram oportunidade de buscar o adimplemento de seus créditos, no momento da liquidação.

Incidente à hipótese, portanto, o comando do art. 135, III, CTN, que reza:

(...)

Também aplicável o entendimento constante da Súmula 435 do STJ, *in verbis*:

(...)

A legislação civil obriga os empresários, por ocasião da dissolução da empresa, a promover a liquidação do ativo para pagamento do passivo e, só após essa providência, autoriza a distribuição entre os sócios do patrimônio que sobejar.

Nesses termos, o art. 51 do Código Civil:

(...)

No caso dos autos, a empresa não foi localizada em seu endereço, nem foram encontrados bens passíveis de penhora, do que se depreende ter sido dilapidado o patrimônio social sem a devida quitação de suas dívidas, em prejuízo de seus credores, dentre eles, a Fazenda Pública e, sobretudo, sem a observância do procedimento previsto no Código Civil para sua liquidação, conforme acima assinalado.

Certo é que a sociedade assume direitos e deveres por meio de seus administradores. Outrossim, embora sejam terceiros em relação às obrigações da sociedade, não são estranhos a ela, tendo em vista que tais obrigações foram contraídas por seu intermédio, nos termos do que dispõe o art. 1.022 do CC, *in verbis*.

(...)

Deve-se ter em mente, ainda, que a sociedade não cumpriu, no caso, sua função social, na medida em que foi dissolvida irregularmente e teve seu patrimônio dissipado, deixando dívidas não pagas.

Ante tais razões, resulta claro que o v. acórdão contrariou frontalmente os dispositivos de lei federal acima indicados, motivo pelo qual carece de reforma, de modo a reconhecer-se a responsabilidade dos sócios no caso em análise" (fls. 245/250e).

Ao final, "requer, preenchidos os pressupostos de admissibilidade exigidos pela Lei Suprema no art. 105, III, 'a', a admissão do presente Recurso Especial e, após seu processamento regular, o provimento da pretensão recursal perante o Colendo

Superior Tribunal de Justiça, de modo a reformar o acórdão recorrido" (fl. 250e).

Contrarrazões não apresentadas, a irresignação foi admitida, na origem (fls. 254/259e).

O recurso merece prosperar.

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que "o distrato social é apenas uma das etapas necessárias para a extinção da sociedade empresarial. É necessária posterior realização do ativo e pagamento do passivo; somente após tais providências é que será possível decretar a extinção da personalidade jurídica" (STJ, REsp 1.650.347/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIM, SEGUNDA TURMA, DJe 16/06/2017).

Ainda nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022, II, DO CPC/2015. CONTRARIEDADE. INEXISTÊNCIA. REGISTRO DE DISTRATO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO GERENTE. NECESSIDADE DE AVERIGUAR-SE A EXISTÊNCIA DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR.

1. Inexiste ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, quando o Tribunal de origem dirime, fundamentadamente, as questões que lhe são submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos.

2. A Segunda Turma desta Corte de Justiça possui o entendimento firmado de que o distrato social é apenas uma das etapas necessárias à extinção da sociedade empresarial, sendo indispensável a posterior realização do ativo e pagamento do passivo. Por essa razão, somente após tais providências, será possível decretar-se a extinção da personalidade jurídica.

3. "O simples fato de subsistir débito tributário em aberto já revela um paradoxo que a Corte local se esquivou de enfrentar. Com efeito, a lógica que permeia a extinção da personalidade jurídica da sociedade pressupõe que será dada baixa da empresa somente após a comprovação de quitação de todos os seus débitos" (EDcl no REsp 1.694.691/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2017).

4. Tendo em vista que a averbação do distrato social não tem o condão de afastar a dissolução irregular da empresa, torna-se necessária a análise do preenchimento dos demais requisitos para o redirecionamento da execução fiscal.

5. Recurso especial a que se dá parcial provimento" (STJ, REsp 1.734.646/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/06/2018).

Desse modo, haja vista que a averbação do distrato social não tem o condão de afastar a dissolução irregular da empresa, torna-se necessária a análise do preenchimento dos demais requisitos para o redirecionamento da execução fiscal.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 266/272e. Com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao Recurso Especial para anular o acórdão recorrido, a fim de que o Tribunal de origem prossiga na análise de eventual preenchimento dos demais requisitos do redirecionamento.

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

